



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.060, DE 2023

(Do Sr. Vinicius Carvalho)

Determina a responsabilidade civil objetiva dos Serviços de Saúde público e privados na hipótese de troca de bebês em maternidade bem como torna imprescritível a ação de danos morais dela decorrente.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54,
RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE LEI Nº **DE 2023**
(Do Sr. Vinicius Carvalho)

Determina a responsabilidade civil objetiva dos Serviços de Saúde público e privados na hipótese de troca de bebês em maternidade bem como torna imprescritível a ação de danos morais dela decorrente.

Apresentação: 22/08/2023 18:34:35.587 - MESA

PL n.4060/2023

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.634, de 27 de dezembro de 2007, que “Dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde” para determinar a responsabilidade civil objetiva dos Serviços de Saúde público e privados na hipótese de troca de bebês em maternidade bem como torna imprescritível a ação de danos morais dela decorrente.

Art. 2º A Ementa da Lei nº 11.634, de 27 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde, bem como determina a responsabilidade civil objetiva dos Serviços de Saúde público e privados na hipótese de troca de bebês recém nascidos em maternidade bem como torna imprescritível a ação de danos morais dela decorrente”

Art. 3º Inclua-se o seguinte Art. 1-A à Lei nº 11.634, de 27 de dezembro de 2007:





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO VINICIUS CARVALHO – Republicanos/SP

“Art. 1-A. Os Serviços de Saúde público e privados tem responsabilidade civil objetiva por eventuais trocas de bebês recém nascidos ocorridas após o parto dentro de suas unidades de maternidade.

Parágrafo único. A ação por danos morais decorrentes de trocas de bebês em unidades maternas é imprescritível”(NR)

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de projeto de lei tem o objetivo de garantir segurança jurídica às famílias prejudicadas por trocas de bebês recém-nascidos em unidades maternas públicas e privadas. Com vistas a garantir a sua reparação pelo dano causado, com a devida ação por danos morais, muitos juízes e tribunais requerem a prova de culpabilidade de agentes da maternidade para a troca de bebês.

Há casos em que a descoberta da troca se faz muitos anos depois, o que dificulta ainda mais a colheita de provas. Por outro lado, também há decisões no sentido de que a ação desse tipo estivesse coberta pelo prazo prescricional de 3 (três) anos previsto no Art. 206, § 3º, V do Código Civil, o que pode trazer prejuízo para a devida reparação ao dano causado aos familiares.

Ante ao exposto, apresento a presente proposta de projeto de lei com vista a dar maior segurança jurídica nesse tema.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO VINICIUS CARVALHO – Republicanos/SP

Sala das sessões,

Datado e assinado eletronicamente.

Deputado **VINÍCIUS CARVALHO** (Republicanos/SP)

Apresentação: 22/08/2023 18:34:35.587 - MESA

PL n.4060/2023



* CD 230573621200 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 11.634, DE 27
DEZEMBRO DE 2007.
Art. 1º-A

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:200712-27;11634>

FIM DO DOCUMENTO